



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Pesquisa

Regimento Interno UEMG/CPESQ nº. 40507732/2022

Belo Horizonte, 06 de janeiro de 2022.

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UEMG

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UNIDADE BELO HORIZONTE

A **Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG**, foi criada em 1989, e conforme previsto em sua criação, é uma Universidade *multicampi*, atualmente presente em 16 municípios, em regiões diversas de Minas Gerais, sendo a **Unidade de Belo Horizonte** um de seus *campi*. Assim, a UEMG contempla as demandas regionais com a oferta de um ensino público, gratuito e de qualidade.

Na busca de ampliar sua política de consolidação da pesquisa por meio de ações de fomento, de produção e divulgação do conhecimento científico, a UEMG propõe a criação de Comitê de Ética em Pesquisa - CEP na **Unidade de Belo Horizonte**.

A criação desse novo Comitê de Ética em Pesquisa **Unidade de Belo Horizonte** tem como propósito dar maior celeridade às análises dos projetos de pesquisa que envolvem seres humanos, objetivando defender e preservar os padrões éticos da pesquisa científica. Dessa forma, o **Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da UEMG – Unidade de Belo Horizonte**, passará a reger-se segundo as atribuições aqui conferidas.

CAPÍTULO I DA NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º O Comitê de Ética em Pesquisa doravante denominado CEP, envolvendo seres humanos, é um órgão colegiado de natureza técnica-científica, consultiva, deliberativa, normativa e independente, constituído nos termos das resoluções nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de abril de 2016, nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, de 12/12/2012 e nº 240/97, pela Norma Operacional 001/2013, pela legislação competente e pelo presente regimento.

Art. 2º Todos os trabalhos que envolvam pesquisa em seres humanos, de caráter institucional obrigatório, voluntário, ou mesmo extracurricular, deverão ser analisados pelo CEP da UEMG, sendo encaminhado por meio dos Coordenadores de Pesquisa de cada Unidade ou o responsável pela Instituição envolvida na pesquisa, independentemente da área de concentração e atuação profissional.

Art. 3º O **Comitê de Ética em Pesquisa da UEMG – Unidade de Belo Horizonte** é também competente para analisar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos dos cursos de Pós-Graduação da UEMG, sendo de responsabilidade do (a) Coordenador (a) o respectivo encaminhamento dos trabalhos ao Comitê.

Art. 4º No caso de projetos multicêntricos, multidepartamentais ou multidisciplinares, o encaminhamento deverá ser feito em conjunto por todos os participantes.

Art. 5º O CEP ao analisar e avaliar as pesquisas submetidas à sua apreciação na Plataforma Brasil, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6º As atribuições do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** são:

a) Revisar todos os protocolos de pesquisa, envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na Instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e a segurança aos direitos e deveres dos participantes das pesquisas e da comunidade científica;

b) Emitir parecer inicial por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da aceitação na integralidade dos documentos do protocolo, cuja checagem documental deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após a submissão. O parecer deverá identificar com clareza o ensaio, documentos estudados e a data da avaliação. A avaliação de cada protocolo culminará com seu enquadramento em uma das seguintes categorias:

b1. Aprovado: quando o protocolo se encontra totalmente adequado para execução.

b2. Com pendência: quando a decisão é pela necessidade de correção, hipótese em que serão solicitadas alterações ou complementações do protocolo de pesquisa. Por mais simples que seja a exigência feita, o protocolo continua em “pendência”, enquanto esta não estiver completamente atendida. Se o parecer for de pendência, o pesquisador terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de sua emissão na Plataforma Brasil, para atendê-la. Decorrido este prazo, o CEP terá 30 (trinta) dias para emitir o parecer final, aprovando ou reprovando o protocolo.

b3. Não Aprovado: quando a decisão considera que os óbices éticos do protocolo são de tal gravidade que não podem ser superados pela tramitação em “pendência”. Nas decisões de não aprovação, cabe recurso ao próprio CEP e/ou à Conep, no prazo de 30 (trinta) dias, sempre que algum fato novo for apresentado para fundamentar a necessidade de uma reanálise.

b4. Arquivado: quando o pesquisador descumprir o prazo para enviar as respostas às pendências apontadas ou para recorrer.

b5. Suspenso: quando a pesquisa aprovada, já em andamento, deve ser interrompida por motivo de segurança, especialmente referente ao participante da pesquisa.

b6. Retirado: quando o Sistema CEP/CONEP acatar a solicitação do pesquisador responsável mediante justificativa para a retirada do protocolo, antes de sua avaliação ética. Neste caso, o protocolo é considerado encerrado.

c) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos de relatórios parciais e anuais dos pesquisadores.

d) Desempenhar papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética da ciência.

e) Receber dos participantes da pesquisa ou de qualquer outra parte, denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo, decidindo pela continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa, devendo, se necessário, adequar o termo de consentimento.

Considera-se como eticamente incorreta a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que o aprovou.

f) Requerer instauração de sindicância à direção da Instituição em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética nas pesquisas, sobretudo as que impliquem em riscos aos participantes da pesquisa. Os fatos deverão ser comunicados às instâncias competentes para averiguação e, quando couber, ao Ministério Público.

g) Manter comunicação regular e permanente com a CONEP/MS.

h) Encaminhar semestralmente à Conep os relatórios do CEP, com as informações quantitativas e qualitativas pertinentes.

i) Zelar pela correta aplicação deste Regulamento e demais dispositivos legais pertinentes à pesquisa em seres humanos na Instituição.

CAPITULO III DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO

Art. 7º O **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** será constituído por 15 (quinze) membros titulares, incluindo profissionais da área da saúde, ciências exatas, sociais, humanas e 02 (dois) representantes participantes da pesquisa.

§ 1º O CEP, de acordo com a Resolução/CNS nº 466 de 12/02/2012, deverá ser constituído de pessoas de ambos os sexos, não sendo permitido que nenhuma categoria profissional tenha uma representação superior à metade dos seus membros.

§ 2º Terá sempre caráter multi e transdisciplinar, não devendo haver mais que metade de seus membros pertencentes à mesma categoria profissional. Poderá ainda contar com consultores “*ad hoc*”, pessoas pertencentes ou não à Instituição, com a finalidade de fornecer subsídios técnicos.

§ 3º Pelo menos metade dos membros deverá possuir experiência em pesquisa e representar as diversas áreas de atuação multidisciplinar da Instituição.

§ 4º No caso de pesquisas em grupos vulneráveis, comunidades e coletividades, deverá ser convidado um representante, como membro “*ad hoc*” do CEP, para participar da análise do projeto específico.

§ 5º Nas pesquisas em população indígena deverá participar um consultor familiarizado com os costumes e tradições da comunidade.

§ 6º Os membros do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** deverão se isentar de tomada de decisão, quando diretamente envolvidos na pesquisa em análise.

§ 7º A renovação dos membros deverá ser parcial (de até 1/3), objetivando-se manter a experiência já acumulada ao mesmo tempo em que se renova.

Art. 8º A nomeação dos membros do **Comitê de Ética em Pesquisa da UEMG – Unidade de Belo Horizonte** dar-se-á a partir de indicação do (a) Reitor (a) da UEMG, respeitadas as recomendações contidas na Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Parágrafo Único. O mandato dos membros do **Comitê de Ética em Pesquisa da UEMG – Unidade de Belo Horizonte** será de 3 (três) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

Art. 9º O CEP será presidido por um dos membros, eleito entre seus pares, na primeira reunião de trabalho.

Parágrafo Único. O mandato do (a) Coordenador (a) e do (a) Vice-Coordenador (a) do **Comitê de Ética em Pesquisa da UEMG – Unidade de Belo Horizonte** será de 3 (três) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

Art. 10 O conteúdo tratado durante todo o procedimento de análise dos protocolos tramitados no CEP é de ordem estritamente sigilosa e suas reuniões serão sempre fechadas ao público. Os membros do CEP e todos os funcionários que terão acesso aos documentos – inclusive virtuais – e reuniões, deverão manter sigilo comprometendo-se, por declaração escrita, sob pena de responsabilidade.

Art. 11 Poderão ser nomeados 3 (três) suplentes para o **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte**, que somente serão convocados quando um dos membros titulares for afastado, nos termos deste Regimento.

Art. 12 Os membros do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** deverão ter total independência na tomada das decisões no exercício das suas funções, mantendo, sob caráter confidencial, as informações recebidas. Deste modo, não podem sofrer qualquer tipo de pressão por parte de superiores hierárquicos ou pelos interessados em determinada pesquisa, devem isentar-se de envolvimento financeiro e não devem estar submetidos a conflito de interesse.

Art. 13 Os membros do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** não poderão ser remunerados no desempenho desta tarefa, podendo receber ressarcimento de despesas efetuadas com transporte, hospedagem e alimentação, sendo, imprescindível, que sejam dispensados, nos horários de seu trabalho no CEP, de outras obrigações na instituição e/ou organizações às quais prestam serviço, dado o caráter de relevância pública da função.

CAPÍTULO IV

DA EXTINÇÃO DO MANDATO E DA ESCOLHA DOS MEMBROS

Art. 14 Extingue-se o mandato dos membros:

I. Pela renúncia expressa, por escrito;

II. Se ocorrendo 4 (quatro) faltas consecutivas sem justificativa ou 8 (oito) faltas consecutivas ou alternadas mesmo que justificadas. O controle da presença dos membros dar-se-á pela assinatura da lista de presença e da ata de reunião.

SEÇÃO I

DAS LICENÇAS

Art. 15 Cada membro poderá obter licença para o tratamento médico ou por motivos particulares, sendo substituído pelo primeiro suplente, pelo período máximo de 6 (seis) meses.

Art. 16 Cabe ao **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** comunicar as situações de vacância, afastamento ou ausências injustificadas de membros, encaminhando imediatamente à CONEP as substituições efetivadas, acompanhada de justificativas.

Art. 17 Após nomeação de novo representante de usuário e/ou membro, o **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** deverá realizar as alterações necessárias no formulário específico encaminhado à CONEP.

Art. 18 A ausência de representante de usuário deve ser comunicada à instituição indicadora e, se for o caso, comunicar o eventual desligamento e solicitar nova indicação de representante.

SEÇÃO II DA COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO

Art. 19 A Coordenação do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** será constituída por:

- I. 01 Coordenador (a);
- II. 01 Vice-Coordenador (a).

Parágrafo Único. Cada Coordenação será escolhida pelos membros do Comitê através do voto direto e secreto, na primeira reunião ordinária do triênio.

SEÇÃO III DO (A) COORDENADOR (A)

Art. 20 O (A) Coordenador (a) é o (a) regulador (a) dos trabalhos do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** e o (a) fiscal de sua ordem, de acordo com o regimento.

Art. 21 São atribuições do (a) Coordenador (a):

- I. Instalar e presidir as reuniões.
- II. Suscitar o pronunciamento do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** quanto às questões relativas aos projetos de pesquisa.
- III. Tomar parte nas discussões e votações e, quando for o caso, exercer direito do voto de desempate.
- IV. Indicar membros para a realização de estudos, levantamentos e emissão de pareceres necessários à consecução da finalidade da comissão, ouvindo o plenário.
- V. Convidar entidades, cientistas, técnicos e personalidades para colaborarem em estudos ou participarem como consultores ad hoc na apreciação de matérias submetidas ao CEP, após as mesmas terem sido apreciadas pelo plenário.
- VI. Propor diligências consideradas imprescindíveis ao exame da matéria, após as mesmas terem sido apreciadas pelo plenário.

VII. Encaminhar plano de trabalho anual e relatórios parcial ou, no mínimo, anual à CONEP/CNS, após os mesmos terem sido apreciados pelo plenário.

VIII. Assinar os pareceres finais sobre os projetos de pesquisa, denúncias ou outras matérias pertinentes ao **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte**, segundo as deliberações tomadas em reunião.

IX. Emitir parecer *ad referendum* em matérias consideradas urgentes, dando conhecimento aos membros para deliberação, na reunião seguinte.

X. Propor ao plenário a elaboração de veículos de comunicação das atividades do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte**, com objetivo de divulgação e educação.

Parágrafo Único - Nas suas ausências ou impedimentos, o (a) Coordenador (a) será substituído (a) pelo (a) Vice-Coordenador (a) que, nas mesmas condições, será substituído pelo membro mais idoso; os secretários serão substituídos por indicação da Assembleia.

SEÇÃO IV

DO (A) VICE-COORDENADOR (A)

Art. 22 Sempre que o (a) Coordenador (a) não se encontrar no recinto durante os trabalhos do CEP, o (a) Vice-Coordenador (a) assume e o substitui no desempenho de suas funções, cedendo-lhe o lugar, logo que se fizer presente.

SEÇÃO V

DO (A) SECRETÁRIO (A)

Art. 23 São atribuições do (a) Secretário (a):

I. Secretariar todas as reuniões do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte**.

II. Redigir as atas das reuniões.

III. Manter em dia as correspondências recebidas e enviadas pelo **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** sob protocolo registrado em livro específico.

IV. Arquivar e manter os documentos confidenciais.

V. Auxiliar o (a) Coordenador (a) nas tarefas administrativas, ficando sob sua guarda e responsabilidade a correspondência do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte**.

Art. 24 O (A) Secretário (a) poderá ser auxiliado (a) pelos membros do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte**, estes escolhidos por votação na Assembleia.

SEÇÃO VI

DOS MEMBROS

Art. 25 Aos membros do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** compete:

I. Estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes foram atribuídas pelo presidente.

II. Comparecer às reuniões, proferindo voto ou pareceres e manifestando-se a respeito de matérias em discussão.

III. Requerer votação de matéria em regime de urgência.

IV. Verificar a instrução dos procedimentos estabelecidos, a documentação e registro dos dados gerados no decorrer do processo, o acervo de dados obtidos, os recursos humanos envolvidos, os relatórios parciais e finais do processo.

V. Desempenhar funções atribuídas pelo (a) Coordenador (a).

VI. Apresentar proposições sobre as questões atinentes ao **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte**.

Parágrafo Único - O (A) membro (a) do Comitê deverá se declarar impedido de emitir pareceres ou participar do processo de tomada de decisão na análise de protocolo de pesquisa em que estiver diretamente ou indiretamente envolvido.

CAPITULO V DOS RELATORES

Art. 26 Será indicado para estudar, analisar e emitir o parecer consubstanciado do projeto de pesquisa apresentado no **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte**, um ou mais membros relatores eleitos, sempre que necessário, por metade mais um dos membros presentes à Assembleia.

Parágrafo Único. A análise do projeto consiste em realçar o que é bom e por que é bom, em apontar as falhas éticas e as razões pelas quais são consideradas falhas, facilitando a discussão do Comitê sobre o projeto.

Art. 27 Quando for necessário, o Comitê poderá votar e criar subcomissões temporárias ou convidados *ad hoc*, para matérias de conteúdo específico, que serão indexadas por votação secreta e direta, da metade mais um dos membros presentes na Assembleia.

Parágrafo Único. O relator tem, como princípio, a tarefa de ler o projeto e elaborar o parecer e a tarefa ética de refletir sobre os valores e contra valores éticos.

SEÇÃO I DOS PRAZOS

Art. 28 Os relatores deverão emitir um parecer fundamentado por escrito e de acordo com os itens do modelo fornecido pelo **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte**, na sessão subsequente do mesmo, para ser submetido à Assembleia que votará, sendo aprovado por metade mais um dos presentes através de votação direta e secreta. Caso não possa comparecer, o relator deverá designar outro membro para relatar seu parecer que deverá ser enviado por escrito para ser lido na reunião, sob pena da caracterização de uma falta.

Art. 29 O prazo para emissão do parecer inicial pelo **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** é de 30 (trinta) dias a partir da aceitação na integralidade dos documentos do protocolo, cuja checagem documental deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após a submissão.

Art. 30 Em caso de parecer com pendências, o pesquisador terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a partir de sua emissão na Plataforma Brasil, para atender todas as alterações solicitadas pelo relator. Transcorrido este prazo, caso as solicitações não tenham sido atendidas, o protocolo de pesquisa permanecerá como pendente (*sine die*).

Art. 31 No caso de atendimento às adequações solicitadas, o **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** terá 30 (trinta) dias para emitir o parecer final, aprovando ou reprovando o protocolo.

Art. 32 Os relatórios parcial e final da pesquisa devem ser enviados ao **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** conforme as datas previamente estabelecidas no protocolo de pesquisa.

SEÇÃO II DA URGÊNCIA E ADIAMENTO

Art. 33 A inclusão de tema em caráter de urgência possibilita que determinado tema ou projeto possa ser apresentado na reunião, entretanto sem dispensar o número legal de presentes e de parecer escrito dos relatores escolhidos na forma regimental, e a discussão em torno dos mesmos não deverá exceder 15 (quinze) minutos.

Art. 34 Poderá ser solicitado o adiamento da análise e/ou votação do projeto com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, desde que o prazo para liberar o parecer não ultrapasse os 30 (trinta) dias normatizados pela CONEP.

CAPÍTULO VI DAS ATAS

Art. 35 Cada sessão do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** será lavrada em ata, que será lida em sessão e submetida ao voto dos presentes.

§1º - Depois de aprovada, a ata será assinada pelo (a) Coordenador (a) e o (a) Secretário (a), além dos membros presentes na referida reunião.

§2º - Os documentos lidos na reunião serão mencionados na ata.

§3º - Em qualquer ata, não será permitida a inclusão de nenhum documento ou parecer, sem permissão da maioria dos membros da Assembleia e do (a) Coordenador (a).

§4º - As atas serão registradas em arquivo próprio e servirão para orientar futuras decisões do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte**.

CAPÍTULO VII DAS VOTAÇÕES E DAS MODIFICAÇÕES DO REGIMENTO INTERNO

Art. 36 Nenhum parecer de projeto de pesquisa e/ou matéria poderá ser votado sem a presença do número legal de membros, respeitando o quórum mínimo de 50% mais um de todos os membros.

Parágrafo Único. Após entrar em pauta, a matéria deverá ser obrigatoriamente votada no prazo máximo de até duas reuniões, desde que o prazo para liberar o parecer não ultrapasse os 30 (trinta) dias normatizados pela CONEP.

Art. 37 O projeto de alteração do Regimento Interno e o parecer depois de distribuídos pelos membros serão colocados em discussão, sendo permitidas alterações ou emendas após a discussão, que serão submetidas à votação da Assembleia de membros do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte**, sendo aprovada por maioria absoluta (metade mais um dos membros presentes).

Art. 38 O Regimento Interno só poderá ser modificado mediante proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEMG – COEPE/UEMG ou de 2/3 dos membros titulares. A (s) modificação (ões) somente poderá (ão) ser (em) realizada (s) após aprovação pelo COEPE/UEMG.

CAPÍTULO VIII DO FUNCIONAMENTO

Art. 39 O **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** funcionará em sala reservada na Reitoria da UEMG, situada na Rodovia Papa João Paulo II, 4143, Ed. Minas, 8º andar, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG – Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, no horário de **14:00 às 16:00** horas, para atendimento aos pesquisadores e ao público em geral do Comitê.

Art. 40 O **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês, em sessão ordinária ou em caráter extraordinário, quando convocado pelo (a) Coordenador (a) ou pela maioria de seus membros, em sala exclusiva da Escola de Design – Campus BH/UEMG, situada na Praça da Liberdade – Savassi – Belo Horizonte/MG.

Art. 41 A reunião do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** se instalará e deliberará com a presença da maioria simples de seus membros, respeitando o quórum mínimo de 50% mais um de todos os membros e será dirigida pelo (a) seu (a) Coordenador (a) ou, nas suas ausências, pelo (a) Vice-Coordenador (a).

Art. 42 As reuniões se darão da seguinte forma:

- I. Verificação da presença do (a) Coordenador (a), e na sua ausência, abertura dos trabalhos pelo (a) Vice-Coordenador (a).
- II. Verificação de presença dos membros titulares e existência de quórum.
- III. Votação e assinatura da ata da reunião anterior.
- IV. Comunicações breves e franqueamento da palavra.
- V. Leitura e despacho do expediente.
- VI. Solicitação de inclusão de itens na pauta do dia: votação e aprovação.
- VII. Ordem do dia, incluindo leitura, discussão e votação dos pareceres.
- VIII. Organização da pauta da próxima reunião.
- IX. Distribuição de projetos de pesquisa ou tarefas aos relatores.
- X. Encerramento da sessão.

CAPÍTULO IX

DAS PARALISAÇÕES TEMPORÁRIAS

Art. 43 Em caso de **GREVE**, assim que iniciada, o **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** deverá informar:

I. À comunidade de pesquisadores e às instâncias institucionais correlatas quanto à situação, informando se haverá interrupção temporária da tramitação dos protocolos, e se a tramitação permanecerá paralisada (parcial ou totalmente) pelo tempo que perdurar a greve.

II. Aos participantes de pesquisa e seus representantes, o tempo de duração estimado da greve e as formas de contato com a CONEP, de modo que permaneçam assistidos em casos de dúvidas sobre a eticidade e apresentação de denúncia durante todo o período da greve.

III. Em relação aos projetos de caráter acadêmico, como TCC, Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado, a Instituição deverá adequar devidamente os prazos dos alunos, de acordo com a situação de cada um, caso haja atraso na avaliação ética pelo CEP institucional.

§ 1º - Na situação acima, o **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** deverá informar à CONEP quais as providências que serão adotadas para regularizar a sua atuação quanto à tramitação de protocolos para apreciação ética, após o período de paralisação.

§ 2º - Em caso de eventuais solicitações de transferência de protocolo para análise de outro CEP, em virtude de **Greve**, a situação deverá ser reportada primeiramente para avaliação, caso a caso, da CONEP.

Art. 44 Em caso de **RECESSO INSTITUCIONAL**, o **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** deverá informar, com devida antecedência e por meio de ampla divulgação, por via eletrônica:

I. À comunidade de pesquisadores, o período exato de duração do recesso e,

II. Aos participantes de pesquisa e seus representantes, o período exato de duração do recesso e as formas de contato com o **CEP – Belo Horizonte** e à CONEP, de modo que permaneçam assistidos em casos de dúvidas sobre a eticidade e apresentação de denúncia durante todo o período do recesso.

Parágrafo Único. Nas duas situações previstas acima, a CONEP deverá ter informações para orientar o pesquisador e o participante de pesquisa que, porventura, demandarem auxílio ou esclarecimento. Para tanto, o **CEP – Belo Horizonte** que tiver suas atividades alteradas deverá informar imediatamente à CONEP, através do e-mail conep.cep@saude.gov.br, quando da ocorrência de alguma das situações descritas nos ART. 43º e ART. 44º, possibilitando o esclarecimento de eventuais dúvidas e auxílio, da CONEP, aos pesquisadores.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45 A Assembleia do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** é soberana para dirimir questões de ordem e relativas ao seu funcionamento.

Parágrafo Único. As resoluções das questões de ordem serão registradas em arquivo próprio e servirão como informações para dirimir questões futuras.

Art. 46 É vedada a participação, na reunião do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte**, da pessoa diretamente ou indiretamente envolvida nos Projetos de Pesquisa em avaliação, a não ser

quando convocada especialmente para prestar esclarecimentos para tais projetos. Membros do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte**, diretamente ou indiretamente envolvidos em Projetos de Pesquisa em avaliação, poderão participar da reunião desde que respeitem o § 6º do Art. 7º deste Regimento.

Art. 47 O **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** deverá aprovar, no primeiro semestre de cada ano, um plano de capacitação dos seus membros, bem como da com Unidade, para promoção da educação em Ética e Pesquisa envolvendo seres humanos, podendo articular-se com outros Comitês para a execução desse plano, conforme requer a Norma Operacional nº 001/13.

Art. 48 O **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** manterá, sob caráter confidencial, as informações recebidas.

Art. 49 Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação e os membros do **Comitê de Ética em Pesquisa – Unidade Belo Horizonte** declaram ciência e concordância a este Regimento Interno.



Documento assinado eletronicamente por **Wania Maria de Araujo, Professora de Educação Superior**, em 12/01/2022, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Zaira Rodrigues Vieira, Professora de Educação Superior**, em 12/01/2022, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Reisila Simone Migliorini Mendes, Professora de Educação Superior**, em 12/01/2022, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helvio de Avelar Teixeira, Conselheiro(a)**, em 12/01/2022, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosemary do Bom Conselho Sales, Professora de Educação Superior**, em 13/01/2022, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Marques De Mello, Professor de Educação Superior**, em 17/01/2022, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Batista dos Reis, Servidor**, em 18/01/2022, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hilton César de Oliveira, Professor de Educação Superior**, em 18/01/2022, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto de Freitas Júnior, Conselheiro**, em 25/01/2022, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Do Nascimento, Professor de Educação Superior**, em 26/01/2022, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Junia Maria da Fonseca Penna, Professora de Educação Superior**, em 26/01/2022, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aziz José de Oliveira Pedrosa, Professor de Educação Superior**, em 30/01/2022, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Loque Arcanjo Junior, Professor de Educação Superior**, em 01/02/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luana Carola dos Santos, Professora de Educação Superior**, em 01/02/2022, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Flávia Vanucci de Moraes, Professora de Educação Superior**, em 01/02/2022, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Christiane De Miranda E Silva Correia, Professora de Educação Superior**, em 01/02/2022, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edna Mara de Moura Nunes, Professora de Educação Superior**, em 01/02/2022, às 20:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40507732** e o código CRC **34891452**.